

PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE:

Alexandre José Gusmão de Almeida, brasileiro, solteiro, auto nome, portador(a) do RG nº 001.551.688 - SSP/RN e CPF nº 021.267.144-85, residente e domiciliado(a) na Antônio Soares do Couto nº 618, bairro Bom Jardim, nesta cidade de Mossoró/RN, CEP 59.68-230.

OUTORGADOS:

ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA, brasileiro, solteiro, Advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº 14.633, com escritório profissional situado na Rua João Franco Pinheiro, nº 16, Bairro Vingt Rosado, Mossoró-RN.

Através do presente instrumento particular de mandato, o **OUTORGANTE** nomeia e constitui como seus procuradores os **OUTORGADOS**, concedendo-lhes amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 105 do Código de Processo Civil, e os especiais para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, vedado o recebimento de citação, podendo ainda receber intimações, receber e dar quitação, firmar compromisso, assinar declaração de hipossuficiência econômica, receber alvará, renunciar valores excedentes ao teto do juizado especial federal, praticar todos os atos perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, bem como substabelecer com ou sem reservas de poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, para o fiel cumprimento deste mandato.

Mossoró/RN, 06 de Agosto de 2018.

Alexandre José Gusmão de Almeida
Parte Outorgante



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTERIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME
 ALEXANDRE JOSE CRISPIM DE ALMEIDA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
 001551688 ITEP RN

CPF
 021.267.144-89 DATA NASCIMENTO
 11/12/1975

FORMACAO
 RAIMUNDO CRISPIM
 MARIA LUCINEIDE DE
 ALMEIDA CRISPIM

PERMISSAO ACC CALHAS
 AB

REGISTRO
 16351071280 VALIDADE
 22/08/2019 1ª HABILITACAO
 23/04/2015

QUALIFICACAO
 FORCE ATIV REMUNERADA;

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
 MOSSORO, RN DATA EMISSAO
 05/05/2016

ASSINATURA DO EMISSOR

16608981918
 RN702404682

DETRAN - RN - CARIACI GRANDE DO NORTE





COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE
Avenida Senador Salgado Filho, 1555, Tirol, CEP 59015-000
CNPJ: 08.334.385/0001-25 / INSC. Estadual: 20065.428-3
Admin. Central (84) 3232-4432 / Ouvidoria: (84) 3232-4582

ESCRITÓRIO DE ATENDIMENTO

DATA: 02/05/2019
HORÁRIO: 08:49:40
PÁGINA: 115

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA, ESGOTO E SERVIÇOS
IMPRESSO EM 02/05/2019 ÀS 08:49:40

MATRÍCULA:

MÊS/ANO

DADOS DO CLIENTE

2674949

05/2019

ALEXANDRE JOSE CRISPIM DE ALMEIDA
RUA ANTONIO SOARES DO COUTO, N. 618 - BOM JARDIM
MOSSORO RN 59618-230

INSCRIÇÃO	ROTA	SEQ.ROTA	QUANTIDADE DE ECONOMIAS			
301.003.185 0309 000	3	618	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL	PÚBLICO
			2			
HIDRÔMETRO	SITUAÇÃO ÁGUA		SITUAÇÃO ESGOTO			
Y135719476	LIGADO		LIGADO			

CONSUMO ÁGUA (M3): 20 DATA LEITURA: 02/05/2019
LEIT. ATUAL: 1132
LEIT. ANT.: 1112
DIAS CONSUMO: 30

HISTÓRICO DE CONSUMO

REF	CONSUMO	REF	CONSUMO	REF	CONSUMO	MÉDIA
04/2019	22	02/2019	20	12/2018	26	21
03/2019	18	01/2019	28	11/2018	16	

DESCRIÇÃO	CONSUMO	TOTAL(R\$)
ÁGUA		
RES ENTRE 50 E 100M 2 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE ÁGUA	20 M3	79,98
ESGOTO		
70.0% DO VALOR DE ÁGUA		55,99

TRIBUTOS	BASE DE CÁLCULO	PERCENTUAL(%)	VALOR DO IMPOSTO
PIS	135,97	1,65	2,24
COFINS	135,97	7,6	10,33

VENCIMENTO:

12/05/2019

TOTAL A PAGAR:

135,97

O RELATÓRIO ANUAL DE QUALIDADE DE ÁGUA DE 2019, REFERENTE A 2018, ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA CAERN, NO MENU DESCRITIVO "INFORMAÇÕES TÉCNICAS".

MONITORAMENTO MENSAL DA QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA					
Parâmetros	Turbidez	PH	Colif. Total	Cloro Residual Livre	Nitrito (como N)
VMP e Recomendações	≤ 5,0 uT	6,0 a 9,5	% de Ausência	0,2 a 2,0 mg/L	≤ 10,0 mg/L
Valores Obtidos	1,55	7,55	100,0 %	1,75	--



Assinado eletronicamente por: ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA - 20/03/2020 09:13:23

<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20032009132357000000052485091>

Número do documento: 20032009132357000000052485091



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍCIA CIVIL
2ª EQUIPE DE PLANTÃO DE MOSSORÓ - MOSSORÓ - RN

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 014337/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 17/05/2019 06:44

Data/Hora Fim: 17/05/2019 07:25

Delegado de Polícia: Valtair Camilo de Paiva

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: 2º Distrito Policial de Mossoró

Data/Hora do Fato: 08/05/2019 15:30

Local do Fato

Município: Mossoró (RN)

Bairro: Centro

Logradouro: Praça Rafael Fernandes 8

Complemento: EM FRENTE A Agência Bradesco

CEP: 59.600-970

Ponto de Referência: Agência Bradesco

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1475: Acidente de trânsito sem vítima - Colisão com objeto móvel	Não Houve

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: ALEXANDRE JOSÉ CRISPIM DE ALMEIDA (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: RN - Mossoró

Sexo: Masculino

Nasc: 11/12/1975

Profissão: Autônomo

Estado Civil: União Estável

Nome da Mãe: Maria Lucineide de Almeida Crispim

Nome do Pai: Raimundo Crispim

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 021.267.144-89

Endereço

Município: Mossoró - RN

Logradouro: R Antônio S do Couto

Nº: 618

Bairro: Paredões

CEP: 59.618-230

Telefone: (84) 99852-6591 (Celular)

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (CONDUTOR)

Nacionalidade: Brasileira

Endereço

Município: Mossoró - RN

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo

Subgrupo Motocicleta/Motoneta

CPF/CNPJ do Proprietário 021.267.144-89

Placa MZF5096

Renavam 00858316803

Número do Motor HA07E5812966

Número do Chassi 9C2HA07005R812966

Ano/Modelo Fabricação 2005/2005

Cor VERMELHA

UF Veículo Rio Grande do Norte

Município Veículo Mossoró

Marca/Modelo HONDA/C100 BIZ

Modelo HONDA/C100 BIZ

Veículo Adulterado? Não



Delegado de Polícia Civil: Valtair Camilo de Paiva

Impresso por: Erivelton Polari Alves

Data de Impressão: 17/05/2019 07:26

Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



Assinado eletronicamente por: ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA - 20/03/2020 09:13:24

<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20032009132397000000052485093>

Número do documento: 20032009132397000000052485093

Num. 54474832 - Pág. 1



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍCIA CIVIL
2ª EQUIPE DE PLANTÃO DE MOSSORÓ - MOSSORÓ - RN

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 014337/2019

Quantidade 1 Unidade	Situação Envolvido
Última Atualização Denatran 03/05/2019	Situação do Veículo NADA CONSTA
Nome Envolvido	Envolvimentos
Alexandre José Crispim de Almeida	Proprietário, Possuidor

RELATO/HISTÓRICO

INFORMA O COMUNICANTE QUE NESSE DIA E HORA MENCIONADOS, TRAFEGAVA NAS PROXIMIDADES DO BANCO BRADESCO, CENTRO DESTA CIDADE (SENTIDO CENTRO - COBAL) QUANDO AO SE APROXIMAR DO SEMÁFORO, O QUAL ESTAVA VERDE, PERMITINDO SUA PASSAGEM, UM VEÍCULO AUTOMÓVEL QUE ESTAVA A SUA FRENTE FREOU BRUSCAMENTE E, DESTA FEITA SUA MOTONETA COLIDIU COM O MESMO. ESCLARECE QUE DESENVOLVIA VELOCIDADE COMPATÍVEL PARA O LOCAL E QUE AO COLIDIR NA PARTE TRASEIRA DO VEÍCULO, FOI JOGADO AO SOLO. ESCLARECE QUE O CONDUTOR DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO ACIDENTE (SEM IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR E DA PLACA) O LEVOU PARA A UPA DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO E APÓS DAR ENTRADA NAQUELA UNIDADE DE SAÚDE, FORA ENCAMINHADO PARA O HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA. ESCLARECE QUE DURANTE O ACIDENTE, PERMANECU ACORDADO E QUE TEVE FRATURAS, AINDA INDEFINIDAS, EM SUA PERNA DIREITA. INFORMA QUE PERMANECE IMPOSSIBILITADO ATÉ DE SE LOCOMOVER DEVIDO AO FATO. QUE NADA MAIS TEM A DECLARAR.

ASSINATURAS

Erivelton Polari Alves

Erivelton Polari Alves
Responsável pelo Atendimento

Alexandre José Crispim de Almeida
(Comunicante / Vítima)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



Delegado de Polícia Civil: Valtair Camilo de Paiva
Impresso por: Erivelton Polari Alves
Data de Impressão: 17/05/2019 07:26
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



Assinado eletronicamente por: ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA - 20/03/2020 09:13:24

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20032009132397000000052485093>

Número do documento: 20032009132397000000052485093

Num. 54474832 - Pág. 2



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

RECEITUÁRIO

AO NSS

Excmo. Sr. Alexandre
José C. de Almeida, 439,
Gênes de prater de 4. PDL
pê D. Dor e pintores dos
expos. Venite de primeira
visão p. apartente do trabalho.
CID-10 S92.5

Data:

30.05.19

Dr. Ricardo Sales Barreto
Ortopedia e Traumatologia
CRM-RN 47331/2011

Assinatura e Carimbo

Rua Pedro Alves Cabral, 01 - Aeroporto - Fone: (84) 3315-4830 - Mossoró - RN





PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

RECEITUÁRIO

1/ Emmanuel Lame
Alexandre José Caspary
CEO RRM *Alameda*
43m
Colégio UNO TO - chos
na 10 min currido com
Travessa de R.D +
Luxo / Definição de 40
Redução de
CD: ao portar 11 aparelhos
ortopedica

Data: 8.1.19

Rua Pedro Alves Cabral, 01 - Aeroporto - Mossoró - RN

DR. JACQUES G. LOPES
MEDICO
CRM/RN 8283
Assinatura e Carimbo

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIG.
SAME MOSSORÓ 10.05.2019
BMC
SAME / ARQUIVO





ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - VERDE

Paciente: 39878 - ALEXANDRE JOSE CRISPIM DE ALMEIDA (43 a 4 m 28 d)

Nascimento: 11/12/1975

Natural: MOSSORO.BRASIL

Sexo: M Cor: PARDA

CNS: 700000927356400

CPF: 02126714489

Prof:

Mãe: MARIA LUCINEIDE DE ALMEIDA CRISPIM

Pai: RAIMUNDO CRISPIM

Logradouro: ANTONIO SOARES DO COUTO, 618

CEP: 59618230

Bairro: PAREDOES

Cidade: MOSSORO

Telefone: 84.998526591

Compl:

Motivo(alegado pelo paciente): COLISAO - MOTOQUEIRO**Tipo:** REGULADO**Origem:** FAMILIA

*Empresa:

OBS:**Classificação:**

08/05/2019 16:05:19

PESO

HORA	P.A.	HGT	SatO2	FiO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow

HISTÓRIA - EXAME FÍSICO**Queixas:** COLISÃO MOTO/CARRO, COM TRAUMA EM PÉ DIREITO E DEFORMIDADE EM 4º PODODACTILO DIREITO

Hora: ____:

Trauma em pé e perna D. Mx. af. moderadamente

EPD: Dg, edema +13; Perda angular do 3º e 4º P.D. Moderadamente com alteração - perfur. distal adequada.

Pt - Perda 3º e 4º P.D. fechada com dano.

Gr. Redução Imponente no antebraço local; Analg. e parâmetros com alterações.

Diagn. Inicial:

L. Colares, C. A. Nogueira
C. A. Nogueira, C. A. Nogueira
C. A. Nogueira, C. A. Nogueira

PRESCRIÇÃO:**VIA****HORÁRIO****A**

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO
ESTÁ CONFORME O ORIGIN

SAME MOSSORO 10/05/2019

SAME / ARQUIVO

*SAÍDA: () Decisão médica () Transferido () Evasão () Óbito () Interna: (Preencher CID, PROC CID, Proc. Data: ____/____/19. Hr: ____:____ Médico: ____)

*Gerado via SX por JOSE MARIA DA SILVA. Impresso em 08 de Maio de 2019.

(Assinar e Carimbar)



Rio de Janeiro, 14 de Fevereiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200034536

Vítima: ALEXANDRE JOSE CRISPIM DE ALMEIDA

Data do Acidente: 08/05/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), ALEXANDRE JOSE CRISPIM DE ALMEIDA

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 675,00

Dano Pessoal: Dedos da pé-Perda funcional completa de qualquer

um dos dedos do pé 10%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 10%) 2,50%

Valor a indenizar: 2,50% x 13.500,00 = R\$ 675,00

Recebedor: **ALEXANDRE JOSE CRISPIM DE ALMEIDA**

Valor: **R\$ 675,00**

Banco: **001**

Agência: **0000036-1**

Conta: **0000097801-9**

Tipo: **CONTA CORRENTE**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
3ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo ° 0804810-63.2020.8.20.5106

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[Seguro obrigatório - DPVAT]

Autor: ALEXANDRE JOSE CRISPIM DE ALMEIDA

Advogado(s) do reclamante: ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA

Ré: SEGURADORA DPVAT

DECISÃO

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, entre as partes em epígrafe.

É o que importa relatar. Decido.

A Lei Complementar nº 643, de 21 de dezembro de 2018 (Nova Lei de Organização Judiciária), positiva, em seu anexo VIII, ser da competência privativa das 5ª e 6ª Varas Cíveis desta Comarca, o processamento e julgamento dos feitos relacionados a DPVAT.

Isto posto, declino a competência para uma das citadas varas cíveis (5ª ou 6ª Cível) desta Comarca, para, por conseguinte, remeter os presentes autos à distribuição entre essas duas unidades.

Cumpra-se imediatamente.

Mossoró/RN, 20 de março de 2020.

FLÁVIO CÉSAR BARBALHO DE MELLO

Juiz de Direito







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT]

Processo nº: 0804810-63.2020.8.20.5106

AUTOR: ALEXANDRE JOSE CRISPIM DE ALMEIDA

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Para fins de análise do pedido de gratuidade judiciária, determino a intimação da parte autora, para, em 10 (dez) dias, apresentar comprovante de rendimentos, ou na sua ausência, cópia da última declaração fiscal, bem como declaração de próprio punho atestando que não tem condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo do sustento próprio e da sua família, sob pena de indeferimento do pedido de justiça gratuita.

Caso não apresente os documentos acima citados, deverá efetuar o pagamento das custas judiciais, sob pena de cancelamento na distribuição.

P.I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 24 de março de 2020.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

JUÍZA DE DIREITO

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



MM Juízo,

Ciente da decisão.





Alexandre Pereira

Advogado e consultor jurídico

EXCELENTÍSSIMO/A SENHOR/A DOUTOR/A JUIZ/A DE DIREITO DA QUINTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

Processo nº 0804810-63.2020.8.20.5106

ALEXANDRE JOSE CRISPIM DE ALMEIDA, já devidamente qualificado nos autos sob a numeração supramencionada, por seu advogado infra signatário, vêm a ilustre presença de Vossa Excelência, em razão do despacho de Id. 54494017, expor e ao final requerer:

A Jurisprudência atual considera pessoas hipossuficientes aqueles que ganham até dez salários mínimos mensais, conforme entendimento de alguns tribunais do nosso país.

O Tribunal Regional da 4ª Região tem o seguinte entendimento:

PROCESSO CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. RENDA MENSAL ATÉ DEZ SALÁRIOS MÍNIMOS. HIPOSSUFICIÊNCIA PRESUMIDA. POSSIBILIDADE. 1. A jurisprudência vem firmando o entendimento de ser presumível a hipossuficiência e, portanto, a necessidade da assistência judiciária gratuita nos casos em que a pessoa física perceba o valor mensal inferior a dez salários mínimos, nos termos da Lei 1.060/50. 2. Agravo legal provido. (TRF-4 - AG: 123753520104040000 RS 0012375-35.2010.404.0000, Relator: JOEL ILAN PACIORNIK, Data de Julgamento: 21/07/2010, PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: D.E. 27/07/2010)

O Tribunal Regional da 1ª Região tem o seguinte entendimento:

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. PREPARO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. RENDA DE ATÉ DEZ SALÁRIOS MÍNIMOS. DEFERIMENTO DO BENEFÍCIO. REAJUSTE DE 26,05% (URP DE FEVEREIRO DE 1989). AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. SÚMULA N. 28 DESTA

(84) 98729-1693 | 99613-2819 | a.pereirasilva@hotmail.com
Rua João Franco Pinheiro, 16, Vingt Rosado | Mossoró | RN



Alexandre Pereira

Advogado e consultor jurídico

CORTE. AUMENTO DE VENCIMENTOS SOB FUNDAMENTO DE ISONOMIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 339 DO STF. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. 1. A falta de pronunciamento sobre o pedido de justiça gratuita não implica na deserção do recurso interposto sem preparo, uma vez que não pode o órgão julgador declarar deserto o recurso sem se pronunciar sobre o pedido de gratuidade. Precedentes do STJ. 2. A simples afirmação de insuficiência de recursos para arcar com as despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família autoriza a concessão da justiça gratuita. Ademais, a declaração de pobreza firmada pela parte ou por seu representante legal, presume-se verdadeira, nos termos do artigo 1º, da Lei nº 7.115/83, e somente pode ser afastada mediante prova irrefutável em sentido contrário de que a requerente poderia suportar os custos do processo sem prejuízo do próprio sustento e o de sua família, cujo ônus é da parte contrária. 3. Esta Corte firmou entendimento no sentido de que o benefício de assistência judiciária deve ser deferido ao requerente que perceba rendimentos mensais até 10 (dez) salários mínimos, em virtude da presunção de pobreza que milita em favor do mesmo nesta hipótese. Percebendo a requerente rendimentos mensais inferiores ao valor acima estipulado, o cumprimento da obrigação imposta pela condenação aos ônus sucumbenciais prejudicará o seu sustento próprio ou de sua família, pelo que deve ser concedido à autora o benefício da assistência judiciária gratuita, sendo que sob tal benefício é dispensado o preparo do recurso. 4. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Direita de Inconstitucionalidade nº 694-1/DF, decidiu que inexistente direito adquirido ao reajuste de salários, vencimentos, soldos, proventos e pensões pelo índice de 26,05%, relativo à URP de fevereiro de 1989, porquanto referida sistemática de reajuste, instituída pelo Decreto-Lei 2.335/87, foi revogada pela Medida Provisória 32/89, convertida na Lei 7.730, de 31/01/89, antes do início do mês de fevereiro de 1989. 5. "Não existe direito adquirido à incorporação dos salários, vencimentos, proventos, soldos e pensões, do índice de reajuste de 26,05% de fevereiro de 1989 (Lei n. 7.730/89)". Súmula nº 28 do TRF/1ª Região. 6. A concessão de reajuste aos servidores públicos da Administração Federal direta e autárquica depende de lei de iniciativa exclusiva do Presidente da República, nos termos do art. 61, II, da CF/88, razão por que não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função

(84) 98729-1693 | 99613-2819 | a.pereirasilva@hotmail.com
Rua João Franco Pinheiro, 16, Vingt Rosado | Mossoró | RN



Alexandre Pereira

Advogado e consultor jurídico

legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia, ainda mais sem a devida previsão legal, nos termos da Súmula n. 339 do STF e da jurisprudência sobre a matéria 7. Apelação da autora parcialmente provida apenas para conceder-lhe o benefício da assistência judiciária gratuita e determinar que a condenação em custas e honorários de advogado fique suspensa, enquanto perdurar a situação de pobreza da autora, pelo prazo máximo de cinco anos, quando estará prescrita, nos termos do art. 12 da Lei n. 1.060/50. (TRF-1 - AC: 5668 PI 2004.40.00.005668-6, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES, Data de Julgamento: 19/11/2008, PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: 13/01/2009 e-DJF1 p.33)

Tendo em vista que a parte autora esta em conformidade com o entendimento adotado pelos tribunais é de fato que aa mesmo detém o direito de ser portadora da Justiça gratuita.

Ante o exposto, requer que a Vossa Excelência, que seja considerado os argumentos aqui expostos, as provas em anexos, bem como o entendimento adotado pelos tribunais, conforme demonstrado, para que seja deferido a Justiça Gratuita em favor do autor, possibilitando assim o regular andamento do feito, por ser obra da mais lúdima **JUSTIÇA !!!**

Pugna pelo deferimento.

Mossoró-RN, 13 de Abril de 2020.

Alexandre Pereira da Silva

OAB/RN nº 14.633

(84) 98729-1693 | 99613-2819 | a.pereirasilva@hotmail.com
Rua João Franco Pinheiro, 16, Vingt Rosado | Mossoró | RN




MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DO TRABALHO — SNT
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número 61.793 Série 00012-RN



Alexandre José Crispim de Almeida
 ASSINATURA DO PORTADOR



QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome ALEXANDRE JOSÉ CRISPIM DE ALMEIDA

Loc. Nasc. MOSSORÓ Est. RN Data 11.12.1975

Filiação RAIMUNDO CRISPIM e MARIA LUCENELE DE ALMEIDA CRISPIM

Doc. nº CAD. Nº 43.996. CV. A45. FTS. 600. 4º. CANT.

ESTRANGEIROS MOSSORÓ-RN


Chegada ao Brasil em Doc. Ident. nº

Exp. em Estado

Obs.

Data Emissão 09.03.94 DRT MOSSORÓ-RN

Branda Assisim Carlos
 Assinatura do Funcionário
 Nº 08116





12

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador

J. R. DA SILVA

CGC/MF

02.138.096/0001-84

Rua

Rod. Br. 304, Km 303

Município

BOSSORO

Nº

16328

Est.

RN

Esp. do estabelecimento

Cargo

Aux de Serviços Gerais

CBO nº

991405

Data admissão

01 Outubro

de

2007

Registro nº

Boisso 03

Fls./Ficha

22

Remuneração especificada

R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais) por mês

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

SÓCIO-GERENTE

1º

2º

Data saída

08

de

Dezembro

2005

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º

2º

Com. Dispensa CD



CONTRATO DE TRABALHO
10.452.941/0001-10

Empregador RMB HOTELARIA EIRELI

Av. Lauro Monte, 2001

CGC/MF Santo Antonio

Rua CEP: 59.619-000

Município Mossoró - RN

Esp. do estabelecimento Hotelaria

Cargo Salte

CBO nº

Data admissão 09 de Dezembro de 19 15

Registro nº 596 Fls./Ficha 596

Remuneração especificada R\$ 802,44 + 6

Pontos Maria Reis R/mês

RMB HOTELARIA EIRELI

Ass. do empregador ou a rogo c/test. Anne Passy

1º 2º
Data saída 10 de Julho de 2017

RMB HOTELARIA EIRELI

Ass. do empregador ou a rogo c/test. Marcos Roberto de Souza

1º 2º
Gerente Operacional

Com. Dispensa CD Nº





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 4º andar, Presidente Costa e Silva, Mossoró-RN - CEP 59625-410

Processo nº: 0804810-63.2020.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Parte Autora: ALEXANDRE JOSE CRISPIM DE ALMEIDA

Parte Ré: SEGURADORA DPVAT

CERTIDÃO

Certifico que a parte autora se manifestou tempestivamente no id 54988677, acerca do DESPACHO de id 54541345.

Pelo exposto faço os autos conclusos.

O referido é verdade; dou fé.

Mossoró/RN, 22 de abril de 2020

ALINE ALVES DE MENESES

Auxiliar de Secretaria

CONCLUSÃO

NESTA DATA, faço conclusão destes autos.



Mossoró/RN, 22 de abril de 2020

ALINE ALVES DE MENESES

Auxiliar de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0804810-63.2020.8.20.5106

AUTOR: ALEXANDRE JOSE CRISPIM DE ALMEIDA

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381, II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para realização da perícia, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente para comparecer ao ato. **Saliente-se que, caso a parte autora não compareça à perícia, NÃO será concedida oportunidade de reaprazamento de perícia por ausência injustificada, culminando assim na preclusão da prova pericial e no consequente julgamento do mérito.**



Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supra expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 22 de abril de 2020.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

JUÍZA DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



MM Juízo,

Ciente da decisão.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0804810-63.2020.8.20.5106

AUTOR: ALEXANDRE JOSE CRISPIM DE ALMEIDA

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381, II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para realização da perícia, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente para comparecer ao ato. **Saliente-se que, caso a parte autora não compareça à perícia, NÃO será concedida oportunidade de reaprazamento de perícia por ausência injustificada, culminando assim na preclusão da prova pericial e no consequente julgamento do mérito.**



Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supra expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 22 de abril de 2020.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

JUÍZA DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

